



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

Portugal e a UEM: uma perspetiva socioeconómica

CRISTINA JOSEFINA MALHEIRO DE SOUSA FARIA GIRÃO

OUTUBRO 2012



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

Portugal e a UEM: uma perspetiva socioeconómica

CRISTINA JOSEFINA MALHEIRO DE SOUSA FARIA GIRÃO

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR JOÃO CARLOS GRAÇA

OUTUBRO 2012

Glossário

ASEAN - Associação das Nações do Sudoeste Asiático

QUE – Ato Único Europeu

BCE – Banco Central Europeu

BP – Banco de Portugal

CECA – Comunidade Económica do Carvão e do Aço

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEEA – Comunidade Europeia da Energia Atómica

EFTA – Associação Europeia do Livre Comércio

EM – Estado Membro

FMI – Fundo Monetário Internacional

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MC – Mercado Comum

MUE – Mercado Único Europeu

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMC – Organização Mundial do Comércio

PD – Países Desenvolvidos

PVD – Países em Vias de Desenvolvimento

UE – União Europeia

UEM – União Económica Monetária

UNCTAD – Conferências das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

ZE – Zona Euro

Índice

Introdução	Pag.07
Capítulo 1 - A Integração Económica	Pag.09
1.1. Processo de Integração: Convergência e Divergência	Pag.09
1.2. A União Económica Monetária	Pag.12
1.3. Portugal e as Comunidades	Pag.15
Capítulo 2 – O Caso Português na Última Década	Pag.17
2.1. A entrada em vigor da Nova Moeda	Pag.17
2.2. Os tão falados Endividamentos	Pag.19
2.3. Dificuldades Competitivas	Pag.22
2.4. Consequências Sociais	Pag.23
Capítulo 3 – Hipóteses Futuras	Pag.27
3.1. O que se tem vindo a fazer. O que é preciso ainda fazer.	Pag.27
3.2. Sair do Euro?	Pag.31
3.3. Poderá a CPLP ser uma boa aposta?	Pag.35
Conclusão	Pag.39
Bibliografia	Pag.42

Anexos:

Anexo 1 – Níveis de Integração	Pag. 46
Anexo 2 – Défice Orçamental	Pag. 48
Anexo 3 – Dívida Privada	Pag. 48
Anexo 4 – Balança de Transações Correntes	Pag. 49
Anexo 5 – Dados Sociais	Pag. 49
Anexo 6 – PIB	Pag. 50
Anexo 7 – Balança Comercial	Pag. 51
Anexo 8 – Dados sobre o Desemprego	Pag. 51
Anexo 9 – Parceiros Comerciais	Pag. 52

Introdução

No âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, propusemo-nos compreender a situação de Portugal na última década numa perspetiva socioeconómica, beneficiando assim de uma visão retrospectiva respeitante ao processo de integração europeu. Este ensaio não visa prever como irá estar o país daqui a dez ou vinte anos, mas antes contribuir para perceber o que aconteceu desde a entrada em vigor da nova moeda. Está dividido em três partes: A integração económica; O caso português na última década; Hipóteses Futuras.

Na primeira parte procede-se a uma revisão do processo de integração económica europeu, visando compreender o que originou a União Económica Monetária (UEM), atualmente em vigência. Serão enunciados os diferentes níveis, ou fases, de integração que ocorreram até aos dias de hoje, considerando-se depois a UEM e Portugal enquanto Estado Membro (EM) desta União.

A segunda parte propõe uma visão socioeconómica do caso português na última década – período vivido desde a entrada em vigor do Euro. Serão abordados os simbolismos e a importância dada à pertença desta União, os endividamentos consecutivos desde então, as dificuldades competitivas verificadas, bem como as consequências sociais que daí terão emergido.

Na terceira e última parte pretende-se analisar o que tem vindo a ocorrer desde o desencadear da crise bancária até à confirmação da atual crise económica. Serão apresentados eventuais cenários futuros, considerando-se uma possível saída da moeda única, apresentando-se, finalmente, uma solução com a compreensão da Comunidade de

Países de Língua Portuguesa (CPLP) enquanto mercado emergente e de aposta para Portugal.

É nosso objetivo proceder a uma síntese do processo, indicando os pontos principais que potenciaram a situação em que Portugal atualmente se encontra.

Finalmente, uma palavra para o Professor Doutor João Carlos Graça, que me acompanhou e orientou ao longo de toda esta pesquisa e escrita e creio ter sido a pessoa indicada para me ajudar neste caminho percorrido. Desde já, lhe dedico aqui o meu eterno agradecimento.

Capítulo I – A Integração Económica.

1.1. Processo de Integração: Convergência ou Divergência

Após a II Guerra Mundial, iniciam-se os primeiros passos no âmbito da era da Integração Económica. A Europa dá o exemplo, com os tratados que instituíram a CECA (1951), a CEE e a CEEA (1957). Paralelamente, o acordo que instituiu o GATT (1946) iria procurar retomar o *livre-cambismo* que havia perdurado durante todo o século XIX e princípio do século XX, e que havia sido interrompido durante o período entre as duas guerras¹.

Torna-se, porém, necessário enunciar desde já uma distinção. Enquanto a integração económica, a nível regional, conduz à formação de blocos económicos de integração regional (CEE/UE, MERCOSUL, Pacto Andino, NAFTA, ASEAN, etc.), que adiante analisaremos, o *livre-cambismo* preconizado no GATT, hoje OMC², visa essencialmente a abolição de todas as tarifas e/ou barreiras alfandegárias, bem como a abolição da contingentação pautal, à escala global. Todavia, este tipo de “integração” à escala mundial, também designado por *multilateralismo*, tem sido um objetivo difícil de atingir, em virtude dos múltiplos países com níveis diferenciados de desenvolvimento económico/político/social/cultural e dos diferentes interesses em jogo. Daí que a integração económica à escala regional, ou a formação de blocos regionais, tenha sido o caminho ou a escolha alternativa para os países que, seja por razões de proximidade geográfica, cultural e linguística, seja por motivos políticos ou económicos, têm procurado por essa via tirar dividendos a vários níveis.

¹ Este período entre as duas guerras (bilateralismo), caracterizado por um forte protecionismo, e o qual foi designado por HABERLER (1964) como *desintegration*, foi um período de grande retrocesso nestas matérias e que para alguns autores poderá ter estado no adensar dos nacionalismos que então emergiram e que viriam a contribuir para o despoletar da II Guerra Mundial.

² Atualmente o GATT deu lugar à OMC após o Tratado de Marraquexe de 1994.

Apesar de tudo, esta integração económica que, genericamente será objeto da primeira parte do nosso estudo, terá de ser analisada nos seus diversos níveis uma vez que, beneficiando de uma visão retrospectiva, se reconhece que ela não se tem processado em todos os tempos e em todos os lugares da mesma forma.

Com efeito, muitas teses têm sido avançadas para a definição do conceito de *integração*. Podemos aqui adotar aquela que define integração “pelas relações económicas mais estreitas entre certas áreas”³. Trata-se, portanto, da unificação, ou da fusão, de espaços económicos, de base estadual, em ordem à formação de espaços económicos mais vastos. Outros autores consideram, ainda, que a integração é um processo que se caracteriza “como um conjunto de medidas destinadas a suprimir as discriminações entre unidades económicas pertencentes a diferentes [regiões e] países”⁴.

Importa, pois, considerar mais detalhadamente o processo e os diferentes níveis de integração. No entanto, importa ainda referir que este *processo* de integração, na perspetiva neoclássica, para além da importância dada à eficácia na afetação de recursos, abarca ainda outros objetivos:

- O pleno emprego;
- O crescimento económico sustentável;
- A distribuição regional e internacional do rendimento.

³ Ver HABERLER, G. (1964), Integration and Growth of the World Economy in Historical Perspectives, in the *American Economy Review*, Vol. 14, p. 1-22.

⁴ Ver BALASSA, B. (1961), Towards a Theory of Economic Integration, in *Kyklos*, Vol. 14.

Tendo em conta a perspetiva liberal e a perspetiva protecionista⁵, nas quais se enquadra o processo de integração económica, poderemos distinguir vários níveis⁶:

- 1) Preferências Aduaneiras
- 2) Sistema de Preferências Generalizadas (SGP)
- 3) Integração de apenas um ou outro sector.
- 4) Acordos Preferenciais.
- 5) Outros tipos de Acordos sectoriais.
- 6) Zonas de Comércio Livre.
- 7) União Aduaneira.
- 8) Mercado Único ou Interno.
- 9) Mercado Comum.
- 10) União Económica.
- 11) União Económica e Monetária ou Integração Económica total.
- 12) Integração Política, ou Estado Federal.

Para além da proximidade geográfica e de aspetos culturais, é dado adquirido que, para que ocorra, sem disfunções de maior, uma integração económica entre dois ou mais Estados, tem de haver, à partida, um duplo pressuposto:

- Esses países deverão ter regimes políticos aparentados.
- E deverão, igualmente, ter níveis de desenvolvimento económico semelhantes.

⁵ Sendo certo que a primeira representa o entendimento clássico baseado no liberalismo económico (a “mão invisível” de Adam Smith) e que a segunda se alicerça numa conceção intervencionista, estruturalista ou institucional, onde a intervenção do Estado se torna necessária através de um conjunto de medidas administrativas e legislativas destinadas a corrigir possíveis disfuncionamentos. Sobre esta questão, para mais desenvolvimentos, ver FERREIRA ALVES, J. J. (1992), *Direito da Concorrência das Comunidades Europeias*, 2ª Edição, Coimbra Editora, p. 17-157.

⁶ Ver BRAILLARD, P. (1977), *Théories des Relations Internationales*, Paris. Ver ainda Anexo 1.

Sabemos que, ao longo da História, a doutrina económica tem-se mantido dividida sobre os inconvenientes e disfunções geradas pelo comércio livre e a integração económica. Uma das controvérsias mais importantes, que ainda hoje se verifica, é a de se saber se o crescimento económico resultante do comércio livre e da integração económica conduz⁷ à diminuição das assimetrias regionais (“convergência”) ou ao seu aumento (“divergência”).

Por outro lado, convém também compreender se alguns dos modelos preconizados pela formação dos blocos regionais, cada um deles inserido num dos níveis de integração económica atrás referidos, e que hoje existem um pouco por todo o Mundo, serão compatíveis e realmente vantajosos face ao *multilateralismo* visado pela OMC. Segundo Viner (1950), para alguns daqueles estádios de integração económica o “desvio de comércio”, originado pela sobreposição destes dois modelos de integração, pode na verdade ser superior à “criação de comércio”⁸.

1.2. A União Económica Monetária

A História recente das Comunidades Europeias teve o seu início em 1951, com a criação da CECA. Em 1957 foi assinado o Tratado de Roma, que instituiu a CEE e a CEEA. Inicialmente composto por seis países (Alemanha, França, Itália, Benelux), a este grupo iriam nos anos 70 aderir mais três (República da Irlanda, Reino Unido, Dinamarca). Já na década de 80, outros três países se juntariam a esta Comunidade: Grécia, Espanha e Portugal. De referir que é nesta década de 80 que irá ter lugar a primeira grande revisão ao Tratado de Roma: O AUE de 1986. Através dele, e entre

⁷ Ver BORTS, G. H. (1960), The Equalization of Returns and Regional Economic Growth, in *American Economic Review*, Vol. 50; BORTS, G. H., STEIN, J. L. (1964), *Economic Growth in a Free Market*, Columbia University Press; CHANG, H-J. (2002), *Kicking away the Ladder – Development Strategy in the Historical Perspective*, Anthem Press, London.

⁸ VINER, J. (1950), The Customs Union Issue, Carnegie Endowment for International Peace, New York.

outras alterações ao Tratado original, ficaria definida a data para a entrada em vigor do MUE de 1993. Seria também a partir desta data que a CEE veria o seu nome alterado para UE.

Em 1992, surgiria em Maastricht, uma nova revisão aos Tratados iria estabelecer as fases para a construção de uma UEM, que era aliás uma velha aspiração europeia desde a década de 60. Ainda na década de 90, o número de países aumentaria para quinze, com a adesão da Áustria, Finlândia e Suécia e um novo Tratado de Amesterdão iria infletar na direção do mercado de emprego e das políticas sociais.

No dealbar do século XXI, um novo Tratado de Nice iria definir os requisitos e as regras para os novos candidatos do Báltico, do Leste e do Mediterrâneo. Seria ainda no ano de 2002 que onze dos quinze países da UE convergiam para uma UEM que teria como moeda comum, o Euro⁹.

Os critérios¹⁰ de convergência nominal, estabelecidos em Maastricht, como antecâmara para adesão ao Euro foram:

- O défice orçamental não deveria exceder o PIB em 3%¹¹;
- A dívida pública não deveria exceder os 60% do PIB¹²;
- A taxa de inflação não deveria exceder em mais que 1,5% a média dos três

melhores resultados durante um ano;

⁹ Reino Unido, Dinamarca e Suécia recusaram a entrada (clausula do *opting out* previsto no Tratado, ver MENDONÇA, A., FAUSTINO, H. C., BRANCO, M., FILIPE, J. P., (1998) *Economia Financeira Internacional*, Editora McGraw-Hill, Portugal, p.191. A Grécia não preenchia nem cumpria, por essa altura, os requisitos obrigatórios, estatuídos pelo TUE, ou de Maastricht, de 1992.

¹⁰ MENDONÇA, A., FAUSTINO, H. C., BRANCO, M., FILIPE, J. P., op. cit., p.161-191.

¹¹ Ver Anexo 2

¹² Ver Anexo 3

- A taxa de juro de longo prazo também não deveria exceder em mais de 2% a média das três melhores taxas de juro durante um ano;

- A taxa de câmbio: a moeda nacional deveria manter-se durante pelo menos dois anos dentro da banda estreita de flutuação (mais ou menos 2,25%) no âmbito do Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu¹³.

Por seu turno, os parâmetros definidos pelo PEC – que foi objeto de regulamentação através da aprovação do Conselho Europeu de Amesterdão, em Junho de 1997, visando entrar em vigor em Janeiro 1999 (bem como do Mecanismo de Taxas de Câmbio II) – seriam o de evitar défices orçamentais excessivos e generalizados, bem como manter o défice orçamental abaixo do valor de referência (3% do PIB).

O Pacto previa medidas preventivas e dissuasivas¹⁴ e o limite dos 3% só poderia ser ultrapassado se o país em causa se encontrasse numa “grave situação de recessão”. Por exemplo, se o PIB de um país, num determinado ano, tivesse uma variação negativa de 2%, o EM poderia ter défice orçamental excessivo sem ser penalizado. Contudo, o país em causa ficaria obrigado a tomar medidas no sentido de diminuir o défice o mais tardar até ao ano seguinte.

Todavia, se não se verificasse a dita cláusula de “grave situação de recessão” e o défice ultrapassasse os 3% do PIB, nos termos do nº11 do artº104 C do TUE, o país incumpridor sofreria, a título sancionatório, a obrigação de um depósito compulsório, sem juros, constituído por 0,2% do PIB e mais 0,1% por cada ponto percentual acima dos 3%, até ao limite de 0,5%. Por seu turno, este depósito seria convertido em multa se até dois anos depois da decisão de impor sanções, o défice não fosse corrigido.

¹³ Com as turbulências ocorridas no final de 2002/2003, seria permitida, durante algum tempo, uma “banda larga” de flutuação (mais ou menos 6%) para alguns países, entre os quais Portugal.

¹⁴ MENDONÇA, A., FAUSTINO, H. C., BRANCO, M., FILIPE, J. P., op. cit, p.189.

Segundo alguns autores, o PEC confronta-se com uma importante debilidade: a sua fraqueza institucional. Na verdade, são as mesmas pessoas responsáveis pelo incumprimento das regras do PEC que são os juízes da aplicação de sanções ao EM infrator. Suspeita-se que não exista suficiente vontade política para anuir na aplicação destas sanções.¹⁵ Ainda na mesma linha de pensamento, Vila Maior (2003), considera a existência de duas características que distinguem o processo de integração europeia: um complexo processo negocial em que os governos nacionais se comportam de acordo com padrões estratégicos, enfileirando-se ao lado dos interesses dos grandes EM desde que isso lhes garanta determinadas compensações; e uma UE assimétrica, onde os interesses dos grandes EM pesam bastante na conformação da vontade do Conselho de Ministros.¹⁶

1.3. Portugal e as Comunidades

Em 1986, aquando da adesão às Comunidades Europeias, muitos esperavam que se desse o verdadeiro desenvolvimento em Portugal. A entrada no seio das Comunidades permitiu que Portugal ingressasse num bloco, capaz de o elevar e adaptar às novas condições de concorrência na Europa e com o resto do Mundo¹⁷. Afinal de contas, entrava-se na elite europeia.

Contudo, sabemos que a UE não é um Estado, nem a UEM é uma zona monetária de excelência. Assim sendo, os diferentes EM são diferentemente afetados por crises, possuindo a sua própria capacidade de reação.

¹⁵ EIJFFINGER, S. & DE HAAN, J. (2000), *European Monetary and Fiscal Policy*, Oxford.

¹⁶ VILA MAIOR, P. (2003), O Pacto de Estabilidade e Crescimento: Morto ou no Congelador?, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, referindo-se ao episódio em que dois EM (Alemanha e França), que repetidamente violaram as regras da disciplina orçamental, escaparam incólumes, sem que as penalizações previstas lhes fossem impostas.

¹⁷ Ver COSTA, L. F., LAINS, P., MIRANDA, S M. (2011), *História Económica de Portugal: 1143-2010*, A Esfera dos Livros.

De um lado, está-se perante economias robustas, com um crescimento baseado nas exportações e numa continuada política de compressão salarial que lhes permitiu ganhos de competitividade acrescidos, como é o caso da Alemanha ou da Holanda. Do outro lado, existem economias menos dinâmicas, embora também abertas ao exterior, com taxas de inflação mais altas, que tornaram os seus próprios esforços de compressão salarial e de liberalização do mercado de trabalho insatisfatórios. Com indústrias e serviços pouco sofisticados, deixados à mercê da mão invisível dos mercados europeus e globais, estes países sobreviveram com bolhas especulativas no sector imobiliário (Irlanda e Espanha), com persistentes défices públicos (Grécia) ou com estagnação (Portugal)^{18 19}.

No entanto, a falta de competitividade externa de todas estas economias traduziu-se em desequilíbrios crescentes das suas balanças de transações correntes²⁰, só mascarados pelo fácil endividamento externo provisionado por uma economia global financeira. Este mesmo endividamento externo dos países da periferia resultou em grande medida da acumulação de dívida do sector privado, normalmente financiado pelos capitais dos países do Centro induzidos pela proteção concedida pela UEM²¹.

¹⁸ BELKE, A., & DREGER, C. (2011), Current Account Imbalances in the Euro Area: Catching Up or Competitiveness? in *Ruhr Economic Paper* n°241, Germany, p. 03 e 16

¹⁹ Ver Anexo 6

²⁰ Ver Anexo 4

²¹ PIRES, E., RODRIGUES, J. & TELES, N. (2011), Depois do Fim do Romance Europeu, in *Portugal e a Europa em Crise*, Le Monde Diplomatique, Actual Edição, p. 165-171. Cfr BELKE, A., & DREGER, C., op. cit. p. 07 e 10.

Capítulo II - O caso português na última década

2.1 – A entrada em vigor da nova moeda

Em Portugal, como nos restantes países da chamada “terceira vaga de democratização nos anos 70”²², o Euro²³ era considerado um símbolo de modernização, de crescimento económico e de estabilidade. A sua introdução e posterior entrada em vigor resultaria no culminar de um processo de integração há muito desejado na Europa. Em Portugal, a ideia de uma recuperação progressiva (“*catching up*”)²⁴ que nos aproximasse do centro forte europeu, fez com que a aceitação de todo o processo fosse generalizada e pouco questionada.

Contrariamente a muitos dos países do Norte, com opiniões públicas mais patrióticas, Portugal aceitou a transição da moeda de forma passiva, mas também bastante prática. Segundo Graça, Lopes & Marques (2011), a falta de sentimento em relação ao Escudo fez que a entrada em vigor do Euro fosse percebida como uma mera aproximação aos “vizinhos ricos”. A ausência de sentimento verificada na época traduziu-se, entre outras coisas, numa associação ilusória do valor da nova moeda. Por outras palavras, as pessoas introduziram a imagem do Escudo à nova imagem do Euro. E, se na prática, uma moeda de 100 Escudo era realmente parecida com a de 1 Euro, o valor não era de todo o mesmo, mas o dobro. Os portugueses teriam sido capturados numa ilusão monetária contribuindo para inflação acrescida e perda de competitividade das suas exportações. A entrada da nova moeda significaria uma alteração em relação ao que

²² Consideram-se países da Europa do Sul Portugal, Grécia e Espanha. Sobre este assunto ver GRAÇA, J. C., LOPES, J. C., & MARQUES, R. (2011), The European Sovereign Debt Crisis: The Portuguese Case, in *The Economic Sociology, The European Electronic Newsletter*, Vol. 12, p. 38-48.

²³ Moeda que permitiu atingir-se o nível de integração económica e monetária apresentada no capítulo anterior.

²⁴ Ver GRAÇA, J. C., LOPES, J. C., & MARQUES, R. (2011), op. cit.; BELKE, A. & DREGER, C. (2011), op. cit. p. 03; H-J. CHANG, op. cit.

acontecera nos anos 80, havendo agora menores taxas de inflação, mas também diminuição do crescimento económico e aumento do desemprego²⁵.

Segundo Costa, Lains & Miranda (2011), se entre 1986 e 1992 a economia portuguesa teve uma evolução positiva, a partir de Maastricht começou a regredir. Desde então, o rendimento médio e a produtividade do trabalho e do capital cresceram a ritmos mais lentos, não permitindo que Portugal se aproximasse dos níveis médios europeus²⁶.

As nossas dificuldades de ajustamento ao Euro, segundo Santos Pereira (2011), terão ainda sido agravadas por três grandes erros da política económica. Em primeiro lugar, ao promover um despesismo exagerado, o Estado não só terá dado um mau exemplo ao resto da sociedade, como também terá crescentemente desperdiçado preciosos recursos, com um enorme custo de oportunidade para a economia nacional²⁷. Em segundo lugar, as prioridades da política económica dos últimos anos terão sido claramente erradas. Numa altura em que já se notavam dificuldades de competitividade e em que algumas das nossas indústrias mais inovadoras e dos sectores emergentes precisavam de ter sido apoiados, os nossos governos optaram por ignorar os problemas estruturais, embarcando numa trajetória despesista que muito aumentou o peso do Estado, mas pouco ajudou a economia. Com uma estagnação e uma crise económica persistindo há uma década, os desequilíbrios orçamentais do Estado e o endividamento público e privado continuaram a aumentar. Em terceiro lugar, a política económica nacional continuaria a ser dominada pela ideologia oficiosa do Estado português, a qual tem vigorado, de uma forma ou de outra, desde os meados do século XIX, nos tempos de Fontes Pereira de Melo. Com

²⁵ Ver Anexo 5

²⁶ Ver FREIRE, L. F., LAINS, P. & MIRANDA, S. M. (2011), *História Económica de Portugal*, A Esfera dos Livros, 2011, p. 427

²⁷ Tamanho despesismo levou-nos a um consumo ostentatório passível de atuar em congruência com determinados grupos de pressão ou interesse do nosso país. Sobre grupos de interesse ou de pressão, ver PEREIRA, P. T. (2008), *O Prisioneiro, O Amante e As Sereias. Instituições Económicas, Políticas e Democracia*, Almedina, p.93-97 e 155-195.

feito, em Portugal não teria existido um “keynesianismo empedernido, mas um fontismo extremado”. Ou seja, se a política fontista de desenvolvimento de infraestruturas se justificava perfeitamente nos anos 1980 e 1990, por causa do evidente atraso nesta área em relação aos países mais avançados da Europa, na última década o fontismo renovado dos sucessivos governos terão sido uma verdadeira desgraça para a economia nacional²⁸.

2.2 Os tão falados endividamentos

Outro fator que tem condicionado a evolução da economia nacional tem sido o nosso nível de endividamento, que na última década e meia tem crescido a um ritmo elevado e quase sem precedentes. Embora fazendo parte da Europa do Sul (com toda a conotação negativa associada), Portugal tem sido um país relativamente “bem comportado” em termos de poupanças, quer internas, quer externas, muito devido aos nossos emigrantes. Todavia, se somos tradicionalmente um povo poupador, porque é que nos teremos endividado tanto? Muitos autores têm argumentado que o nosso excessivo endividamento foi injustificado, pois foi principalmente dirigido ao consumo não produtivo. O que aconteceu foi que as maiores facilidades de crédito proporcionadas pela nossa participação no euro e a acentuada baixa das taxas de juro levaram a que muitos de nós pudessem aspirar a bens que habitualmente não nos estavam reservados. Entre estes bens encontra-se a compra de habitação própria, que só por si explica 75% do nosso endividamento²⁹.

²⁸ Recordamos o debate em torno das Parcerias Público-Privadas, o TGV, etc. Como a recente crise financeira tem demonstrado, o excessivo despesismo do Estado e a apetência dos nossos governantes para legar a tal «obra feita» têm tido um impacto cada vez mais negativo, não só sobre a perceção que os mercados financeiros têm de nós, como também nas crescentes restrições ao financiamento do sector privado.

²⁹ SANTOS PERREIRA, A. (2011), op. cit., p. 48.

Segundo dados do FMI e do BP, no final de Setembro de 2010, a dívida externa bruta portuguesa era 405 641 milhões de euros. Ou seja, cada português devia, à data, em média, 38 268 euros ao exterior. Por sua vez, no final do segundo trimestre de 2010, a dívida externa líquida era de 181 169 milhões de euros, ou cerca de 17 mil euros por português³⁰.

Tem-se falado muito do défice externo e da falta de competitividade em Portugal. Existem, de facto, indicadores que influenciam a competitividade das exportações nacionais, prejudicando, consequentemente, o crescimento económico. Em todo o caso, um dos indicadores mais inquietantes é o défice da balança comercial. Entre 2007 e 2010, importámos cerca de 12 a 13 mil milhões de euros em bens e serviços a mais do que aquilo que exportamos³¹ (quase 10% do PIB nacional). Assim, torna-se pertinente argumentar que a economia portuguesa é pouco dinâmica e que as exportações nacionais estão a sofrer um grave défice de competitividade³². Não sendo compensado via excedentes na balança de capitais, via turismo ou via remessas, este défice da balança comercial (exportações menos importações) acarreta mais amplamente défice da balança de pagamentos.

Segundo Santos Pereira (2011), não existem muitas consequências em se ter um défice externo, pelo menos enquanto esse défice externo for baixo ou quando os países estão numa fase intensiva de desenvolvimento³³. É também perfeitamente natural que os países menos abastados apresentem défices externos elevados nas fases iniciais da sua trajetória de desenvolvimento, pois têm de importar tecnologia e bens de capitais

³⁰ A dívida externa bruta dá-nos o endividamento total da economia portuguesa e, assim, é encontrada somando a dívida das famílias, das empresas e dos bancos, bem como do Estado. A dívida externa líquida é igual à diferença entre as dívidas nacionais menos as dívidas que os estrangeiros têm para conosco. Ver SANTOS PEREIRA, A. (2011), op. cit.

³¹ SANTOS PEREIRA, A. (2011), op. cit., p. 147. Ver Anexo 7

³² BELKE, A. & DREGER, C. (2011), op. cit. p. 06

³³ Ver também BELKE, A. & DREGER, C. (2011) op. cit. p. 05

dispendiosos no seu esforço de desenvolvimento. Contudo, obviamente que Portugal já não se encontra nesta fase.

Registe-se em todo o caso que os défices externos portugueses não são um fenómeno recente. No último século, as exportações portuguesas foram quase sempre inferiores às importações³⁴. Acontece entretanto que, na última década, o comportamento menos positivo das nossas exportações traduz em boa medida o facto de os custos unitários de trabalho terem crescido entre nós a um ritmo substancialmente superior aos da ZE³⁵. Por isso, e segundo alguns autores, assiste-se a uma crescente necessidade de adotar uma política de reduções salariais que, no contexto da moeda única, levaria as exportações a recuperar capacidade competitiva³⁶. No entanto, socialmente esta política poderá obviamente suscitar fortes objeções³⁷.

Para Lapavitsas (2012), o défice público e os elevados custos unitários de trabalho não são a causa principal dos problemas que vivemos. Este autor reconhece a existência de um défice da balança de pagamentos nos países da periferia do Euro, mas sublinha que os ritmos de crescimento das remunerações do trabalho foram na primeira década do século XXI, e na generalidade destes países, vizinhos do ritmo de crescimento da produtividade, ou seja, tivemos um crescimento salarial “em linha” com a produtividade. Aquilo que se passou, de acordo com o mesmo autor, foi que estes crescimentos na periferia coexistiram com uma estagnação dos salários no centro da “Eurolândia”, em particular na Alemanha. Segundo Lapavitsas (2012), sendo a ZE uma zona muito fortemente integrada — onde os diversos países são sobretudo parceiros

³⁴ JALLES & SANTOS PEREIRA, 2010, in *Portugal na Hora da Verdade*, pp. 170.

³⁵ SANTOS PERREIRA, A. (2011), op. cit., p. 42. Cfr. BELKE, A. & DREGER, C. (2011), op. cit. p. 07

³⁶ SANTOS PERREIRA, A. (2011), op. cit., p. 148.

³⁷ Segundo o Memorando de Entendimento, dever-se-á garantir, em 2012, uma redução em termos brutos dos salários no setor público, equivalente a, pelo menos, 3.000 milhões de euros e, ainda, aumentar o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para obter uma receita adicional de 265 milhões de euros em 2012. Ver Memorando, 1.8 e 1.20.

comerciais dos demais — esta evolução produziu assim repetidos excedentes comerciais do centro e défices comerciais da periferia. Ainda com o mesmo autor, a periferia reagiu a esta situação de moedas sobrevalorizadas e perda de competitividade externa orientando os seus recursos para os sectores não-transacionáveis (onde o impacto da sobrevalorização monetária é menor), o maior dos quais, a construção civil, foi aliás entretanto estimulado também pela descida das taxas de juro. Para o mesmo autor, a evolução corresponde, porém, a défices recorrentes das contas externas, os quais se traduzem, sob forma acumulada, numa enorme dívida externa. Acrescenta o autor que, não existindo no âmbito da ZE dispositivos de transferências orçamentais interestaduais ou inter-regionais que compensem este constante desequilíbrio externo, este é durante algum tempo alimentado com sucessivos empréstimos, o que, evidentemente, se torna a prazo insustentável para qualquer país³⁸.

2.3. Dificuldades competitivas

De acordo com um estudo recente, entre 1997 e 2006, as exportações portuguesas perderam uma quota nos mercados mundiais na ordem dos 2,4%³⁹, em claro contraste com as décadas anteriores, quando as exportações nacionais ganharam terreno nesses mesmos mercados. Esta perda de competitividade das exportações nacionais é frequentemente atribuída ao excessivo crescimento dos nossos custos unitários de trabalho⁴⁰. Os custos unitários de trabalho são iguais ao custo médio do fator de trabalho (salário mais contribuições sociais pagas pelo empregador) por unidade de produto produzida. No fundo, este indicador reflete o custo laboral na produção de uma unidade de um bem/serviço médio num determinado país. Como já vimos, na última década, os

³⁸ LAPAVITSAS, C. et al. (2012), *Crisis in the Eurozone*, Verso

³⁹ AMADOR, J. & CABRAL, S. (2008), "The Portuguese Export Performance in Perspective: A Constant Marker Share Analysis", *Boletim Económico*, Banco de Portugal, p. 201-221.

⁴⁰ BELKE, A. & DREGER, C. (2011) op. cit. p. 07

custos unitários do trabalho em Portugal têm crescido mais do que a média da ZE, e sobretudo mais do que em países como a Alemanha, o que tem contribuído para que se acumulem défices externos consideráveis. Quanto a isto, e *prima facie*, de acordo com Amador & Cabral (2008), tanto os desequilíbrios externos da nossa economia nacional como a alegada falta de competitividade apenas serão resolvidos se houver uma redução nos salários, de forma a tornar as exportações mais atrativas nos mercados internacionais⁴¹.

Acresce que algumas das dificuldades competitivas ocorridas nos últimos anos não devem ser atribuídas única e diretamente ao Euro⁴², pois algumas estão tão ou mais associadas à maior concorrência dos países da Europa de Leste⁴³ e dos países asiáticos nos mercados internacionais.

2.4. Consequências sociais

Uma das consequências mais dramáticas da prolongada estagnação económica dos últimos anos tem sido o aumento substancial do desemprego⁴⁴. Em 2010, a taxa de desemprego era a maior dos últimos 80 anos⁴⁵. Os mais afetados pela subida do desemprego são os jovens e os trabalhadores menos qualificados⁴⁶. Porém, o

⁴¹ Idem Cfr AMADOR, J. & CABRAL, S. (2008), op. cit., p. 201-221

⁴² SANTOS PERREIRA, A. (2011), op. cit., p. 44.

⁴³ Acresce a situação atual dos países do Leste da Europa que se apresentam numa tripla situação de beneficiários: países recetores líquidos de fundos da UE, em resultado do seu menor desenvolvimento face à média europeia, competitividade fiscal em função de menores taxas de impostos e competitividade laboral em resultado dos menores custos do fator de trabalho. Sobre este assunto ver A. MENDONÇA, “A União Europeia face ao Processo de Globalização: alargamento continental versus abertura atlântica”, in <http://www.europa.parlamento.pt/docs/Audicao02052006/Contributo-AntMendoncaISEG.pdf>; BELKE, A. & DREGER, C. (2011) op. cit., p. 07 e 08.

⁴⁴ Ver Anexo 8

⁴⁵ SANTOS PERREIRA, A. (2011), op. cit., p. 54. À data, a taxa de desemprego situa-se nos 15%.

⁴⁶ Segundo “The Social Situation in the European Union 2009”, da Comissão Europeia, quando há sinais de recessão económica, inúmeros impactos sociais surgem. A estimativa do estudo é a de que o desemprego tenderá a aumentar afetando principalmente os jovens que entram no mercado de trabalho e os homens que trabalham nas áreas da construção e manufatura.

desemprego entre os mais velhos e os mais qualificados também tem registado um crescimento muito assinalável.

Segundo a Comissão Europeia (2009), as consequências sociais provenientes dos diversos episódios de recessões económicas irão depender da rapidez na resposta. Uma resposta lenta poderá resultar numa fraca procura por parte dos consumidores, devido à insegurança face aos empregos que se tem, ao aumento exacerbado do desemprego e, ainda, ao difícil acesso ao crédito. Assim, um longo período de baixo crescimento económico poderá implicar um prolongado fosso no acesso ao consumo, nas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e um risco de desemprego muito maior⁴⁷.

Duas outras características do mercado de trabalho português, e que em nada facilitam a empregabilidade a longo prazo, são a precariedade e a longa duração do desemprego. Segundo Santos Pereira (2011), a precariedade atinge cerca de 20% dos trabalhadores portugueses, uma percentagem muito elevada⁴⁸. Por outro lado, a duração do desemprego em Portugal é igualmente bem maior do que é habitual em outros países da OCDE. No final de 2010, mais de 340 mil desempregados estavam sem emprego há mais de dois anos. Este facto constitui compreensivelmente uma preocupação, pois é sabido que quanto mais prolongada for a duração do desemprego, mais difícil se torna o regresso ao trabalho. Um crescimento económico anémico e uma legislação laboral segundo alguns demasiado arreigada a preconceitos ideológicos ultrapassados e desajustados ao mundo atual, tenderão a penalizar a criação de emprego e os interesses dos próprios trabalhadores.

⁴⁷ “The Social Situation in the European Union 2009”, Comissão Europeia, 2009

⁴⁸ Que nos coloca na posição nº2 da OCDE com a maior taxa de precariedade no emprego - jornal SOL consultado a 7 de Agosto de 2012.

Consequentemente, quando a taxa de desemprego é elevada e o crescimento económico é baixo, dezenas de milhares de portugueses tendem a sair de Portugal todos os anos. É verdade que a emigração com “malas de cartão” já não se verifica. Para além de não haver uma pobreza tão extrema como havia em meados do século passado, a emigração portuguesa já não é só de trabalhadores não qualificados. Com a melhoria das competências educacionais e técnicas da população portuguesa registada nas últimas décadas, os trabalhadores nacionais tornaram-se ainda mais atraentes para os países com necessidade de mão-de-obra. Deste modo, a eliminação das fronteiras na UE e a livre circulação dos trabalhadores, proporcionada pelo MC, levaram muitos dos nossos trabalhadores mais qualificados a optar por se fixar noutros países. Segundo estimativas da OCDE (2010), Portugal é já um dos países europeus em que o fenómeno da “fuga de cérebros” é mais acentuado⁴⁹. Esta situação é preocupante, se considerarmos que Portugal precisa de pessoal qualificado nalguns sectores fundamentais. Todavia, se a estagnação económica continuar nos próximos anos, certamente a “fuga de cérebros” se tornará ainda mais acentuada. Esta é uma tendência das mais preocupantes da nossa economia, na medida em que a “fuga de cérebros” não só diminui a nossa já limitada oferta de trabalhadores altamente qualificada (agravando assim os nossos problemas de competitividade), como contraria o grande esforço de investimento em capital humano das últimas décadas no sentido de aumentar as qualificações médias da força de trabalho nacional.

Segundo Santos Pereira (2011), nem tudo será negativo. Um aumento da emigração deverá conduzir a uma nova subida das remessas dos emigrantes, o que tenderá a melhorar a nossa balança de pagamentos e, assim, contribuirá para uma diminuição do

⁴⁹ Cerca de um quinto dos nossos trabalhadores qualificados já vive fora de portas. OCDE (2010) *Estatísticas de Emigração*, Paris.

nosso déficit externo, ainda que a situação típica das décadas de 60 e 70, com as remessas a atingirem 10% do PIB, se volte a repetir⁵⁰.

Em suma, Portugal enfrenta atualmente uma grave crise económica. As causas desta crise são políticas, mas também estruturais, e incluem fatores como: uma descida acentuada da competitividade, a par com a elevação dos custos unitários de trabalho; as dificuldades de ajustamento a uma moeda forte como o euro; e políticas económicas erradas. Por se ter arrastado durante mais de uma década, a crise económica tem tido enormes consequências económicas, políticas e sociais. Ainda assim, há alguns impactos que se destacam pela sua importância: as dificuldades competitivas, o déficit educativo, o aumento do desemprego e o retorno da emigração.

Estamos em crer, em linha com a Comissão Europeia (2009), que serão precisas políticas de austeridade, mas que não inibam o fomento da produtividade com vista a atingir uma maior competitividade nos mercados internacionais e, ainda, adequadas a uma justa e eficaz proteção social⁵¹.

⁵⁰ SANTOS PERREIRA, A. (2011), op. cit., pp. 69. e 158. Na nossa opinião, a mentalidade dos atuais emigrantes não condiz com a mentalidade da emigração das décadas 60 e 70 do século passado. Os emigrantes, e principalmente os jovens de hoje, consideram viver numa “aldeia global”, onde reina o consumo e o bem-estar individual (muitas das vezes de curto prazo), omitindo assim a necessidade extrema de enviar “dinheiro” para as suas famílias

⁵¹ “The Social Situation in the European Union 2009”, Comissão Europeia.

Capítulo III - Hipóteses Futuras

3.1. O que se tem vindo a fazer. O que é preciso ainda fazer.

“Estamos no bom caminho”. Este tem sido o *slogan* utilizado por inúmeros atores nacionais e internacionais para descreverem o estado de Portugal relativamente ao programa de austeridade e crescimento assinado com a *Troika* (BCE, FMI e UE).

Todavia, em oposição a esta linha de argumentos, Lapavitsas (2011) assume que as medidas implementadas pretendem resolver o problema através de cortes na despesa pública, aumento dos impostos, liberalização da economia e privatizações. Na prática, para este autor, estas medidas apenas irão proteger os credores, transferindo o custo da crise para os cidadãos. Segundo este autor, é pouco provável que estas medidas funcionem porque irão gerar recessão e agravarão o endividamento e, ainda, não irão conduzir a economia a um crescimento a longo prazo. Este autor considera que o resultado mais provável das medidas acordadas com a *Troika* será o de estagnação e de sofrimento do peso da dívida por muitos mais anos⁵².

Por outro lado, e segundo Carvalhas (2011), o suposto “bom caminho” oficialmente trilhado colocou-nos de facto na cauda da Europa, com uma elevadíssima dívida externa, uma das maiores taxas de desemprego da UE e com a maior disparidade entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres⁵³. Para este autor, nestes últimos anos, após a adesão ao Euro e com a exigência do PEC, o debate sobre a redução do défice das contas públicas tem sido apresentado como questão essencial. Contudo, para este autor,

⁵² LAPAVITSAS, C. in entrevista ao Jornal SOL, 13 de Junho de 2011.

⁵³ CARVALHAS, C. (2011), “Perspectivas para a Economia Portuguesa”, in *Portugal e a Europa em Crise*, Le Monde Diplomatique, Actual Editora, p. 23-29.

o combate ao défice deveria ser feito pelo crescimento económico, e não pelos cortes no investimento público, pelo aumento dos impostos e pela diminuição dos salários reais⁵⁴.

Para Carvalhas (2011), este quadro tem-se agravado desde a adesão ao Euro e com a política monetária e cambial ditada pelo BCE, que designadamente nos últimos anos terá criado “sérios problemas de competitividade”. Na verdade, para este autor, a apreciação do Euro é um fator muito negativo para as nossas exportações. Ainda, a adesão ao Euro terá deixado de dar visibilidade ao elevado défice externo (défice da balança corrente e de capitais) e à dívida externa, comportando-se como uma “doença silenciosa” que vai minando todo o corpo. Acresce o autor que este endividamento exacerbado, no essencial, não serviu para financiar o desenvolvimento.

De acordo com Amaral (2006), e na mesma linha de pensamento dos autores supramencionadas, o facto dos principais grupos económicos portugueses terem a sua atuação essencial nas atividades dos chamados bens não transacionáveis coloca um enorme problema à economia portuguesa que, nomeadamente, com os seus elevados défices, precisava de aumentar a produção de bens transacionáveis⁵⁵. Defende o autor que, para um país poder ter um crescimento económico sustentável a prazo, é necessário que a produção de bens transacionáveis cresça, pelo menos, de igual forma que a produção de bens não transacionáveis. Se esta “máxima” não se verificar (o que é o nosso caso), de acordo com este autor, as importações aumentam mais do que as exportações e o país em questão ver-se-á rapidamente numa situação de défices crescentes da balança de pagamentos, os quais acabarão por ser dificilmente

⁵⁴ Cfr BELKE, A. & DREGER, C. (2011) op. cit. p. 05

⁵⁵ Entende-se por bem não transacionável um bem, como por exemplo, um edifício (algo que não é passível de ser exportado). Consequentemente, considera-se como transacionável um bem que é suscetível de troca com o exterior. In AMARAL, J. F. (2006) “O impacto económico da integração de Portugal na Europa”, in *Nação & Defesa*, nº115 – 3ª série, p.125.

financiáveis, interrompendo, mais cedo ou mais tarde, o processo de crescimento⁵⁶. O resultado é o de que temos vindo a acumular, desde há dez anos, défices constantes com o exterior que, até à data, têm sido financiados através do endividamento das famílias e das empresas portuguesas.

Assim, e ainda segundo Amaral (2006), Portugal só poderá contrariar a crise se promover a “discriminação positiva dos sectores de bens transacionáveis”⁵⁷. Para este autor, Portugal nunca teve uma “década tão má”⁵⁸ como a começada com a introdução das notas e moedas Euro em 2002, estando já pior do que há dez anos: “não só pior em termos de rendimento *per capita*, como pior nas desigualdades, e pior em termos de estrutura produtiva”. Na sua opinião, a manutenção da Zona Euro irá implicar décadas a viver à custa de empréstimos contraídos consecutivamente, fornecidos pela UE e demais agências internacionais⁵⁹ - tudo porque não temos condições de crescimento e o nosso aparelho produtivo continuará ainda mais ineficiente.

Contrariamente às opiniões apresentadas, segundo Rodrigues & Teles (2011), nada garante uma saída da crise pelas exportações num contexto em que a generalidade dos países siga por este caminho. Aliás, nas suas opiniões, essa estratégia só é facilitada pelo presente aumento do desemprego, poderoso mecanismo disciplinador das classes trabalhadoras. Assim, o que parece ter racionalidade para cada país — promover as suas exportações por via da compressão dos custos relativos do trabalho e conter o consumo

⁵⁶ AMARAL, J. F. (2006), op. cit., p. 126.

⁵⁷ O aparelho produtivo ter-se-á reorientado para sectores protegidos da concorrência externa, porque a moeda é forte e não fazia sentido concorrer com produtos importados mais competitivos.

⁵⁸ Pelo menos desde a II Guerra Mundial.

⁵⁹ AMARAL, J. F. (2006), op. cit., p.125.

interno — poderá gerar um resultado global irracional sob a forma de um mercado interno europeu desequilibrado e contraído por um défice permanente de procura⁶⁰.

Se, de facto, Portugal perdeu competitividade externa nos últimos anos, tal deve-se, segundo estes autores, não às reivindicações dos trabalhadores, mas sim a uma entrada deficiente na moeda única, o Euro: a chamada convergência nominal, no quadro da aceleração liberal da integração europeia, o que contribuiu para uma duradoura sobre apreciação da nossa moeda, que se prolongou com o Euro⁶¹.

Ainda, se a procura depende dos rendimentos que se formam na economia, bem como do significado social desses rendimentos, em sociedades em que houve lugar a uma ampla salarização do emprego e a uma democratização do acesso ao bem-estar, os rendimentos do trabalho são evidentemente cruciais. Apoiando-nos em Reis (2011), não é demais lembrar que é com os salários que uns (empresas ou outras organizações) pagam — e para quem esse desembolso é um custo — que se forma a procura (isto é, o rendimento) de outros. Como é bem sabido, decidiu-se com peculiar clareza a proclamada “coragem” quando se tratou de congelar salários e de introduzir tetos nas despesas sociais⁶²: como se, em geral, os assalariados fossem privilegiados em Portugal e como se a situação da economia e da sociedade deixasse antever que é possível abrandar os apoios de que os excluídos e os mais desprotegidos necessitam. A penalização assimétrica dos salários — isto é, um quadro de aumento das desigualdades e de sobrecarga sobre os estratos sociais que vivem do trabalho — não é apenas uma

⁶⁰ RORIGUES, J. & TELES, N. (2011), Para lá da Economia, in *Portugal e a Europa em Crise*, Le Monde Diplomatique, Actual Editora, p. 89-96.

⁶¹ Mesma opinião apresentada no capítulo anterior, sustentada em GRAÇA, J. C., LOPES, J. C., & MARQUES, R. (2011), op. cit., p. 38-48.

⁶² Imposição estabelecida no Memorando de Entendimento assinado entre o governo e a *Troika*.

política injusta, é uma política de retração da economia e da criação de riqueza. Limitam-se assim os rendimentos e, sobretudo, cerceiam-se as expectativas⁶³.

Para Teixeira (2011), a resposta à crise terá de ser global e articulada, e deverá ser ajustada à dimensão das suas consequências. Nesta perspetiva, o autor assume como ponto de partida a necessidade de uma perceção dos fatores centrais que estão na base do despoletar da crise (deixando de lado, para este efeito, as causas estruturais relacionadas com as contradições e limitações inerentes ao sistema capitalista). Destaca três fatores: a) a desastrosa liberalização e desregulação do mercado globalizado, arredando quaisquer constrangimentos à circulação dos fluxos financeiros e à deslocalização de atividades produtivas e do emprego; b) o domínio da economia por estritas lógicas financeiras, gerando um gigantesco fluxo de “capitais fictícios” sem qualquer correspondência com a atividade produtiva e as transações económicas internacionais; c) o facto de o modelo neoliberal ter posto em concorrência os trabalhadores de todo o Mundo, criando um “exército de reserva” de âmbito mundial e aumentando a exploração dos trabalhadores, nomeadamente através da precarização dos empregos e da permanente redução relativa dos salários, enfraquecendo a sua capacidade de consumo e os seus direitos sociais⁶⁴. Segundo este autor, a resposta à crise deverá visar um combate articulado a todos estes fatores.

3.2 Sair do Euro?

⁶³ REIS, J. (2011), Economia e Sustentabilidade, in *Portugal e a Europa em Crise*, Le Monde Diplomatique, Actual Editora, p. 105-112.

⁶⁴ TEIXEIRA, O. (2011), Para uma resposta à Crise, in *Portugal e a Europa em Crise*, Le Monde Diplomatique, Actual Editora, p. 58-66.

Outro grande debate em torno da moeda única e da crise global é a eventual saída de alguns países da ZE. Será necessário refletir e pensar em que medida será a moeda única – o Euro – culpada pelos desequilíbrios externos das economias do Sul da Europa.⁶⁵

Por um lado, apoiando-nos em Santos Pereira (2011), será importante perceber que, se não estivéssemos no Euro quando eclodiu a crise financeira internacional em 2008, poderíamos ter sofrido bastante mais volatilidade do que sofremos. Contudo, por outro lado, também é verdade que os défices das balanças correntes dos países do Sul da Europa na última década demonstram que houve perda de competitividade após a adesão à moeda única⁶⁶.

Para o mesmo autor, mesmo que não tivéssemos aderido ao Euro, era muito provável que hoje Portugal se continuasse a debater com graves problemas de competitividade. A sua argumentação prende-se com o facto de nas últimas décadas, a liberalização do comércio mundial e o alargamento da UE à Europa de Leste aumentaram consideravelmente a concorrência das nossas exportações tradicionais⁶⁷. Contudo, se o Euro não foi a principal causa direta da quebra de quota das exportações nacionais nos mercados internacionais, continua a ser verdade que o facto de não podermos desvalorizar a moeda só agravou ainda mais os nossos problemas de competitividade.

Segundo Lapavitsas (2012), Portugal teve 10 a 15 anos de estagnação, vivendo com uma economia fraca e não irá sobreviver dentro do Euro. A não saída do Euro irá

⁶⁵ Consideram-se os países do Sul da Europa, ou periféricos, Espanha, Portugal e Grécia. Estes países deixaram de ser competitivos e sofrem os constrangimentos de uma política monetária uniforme e de uma disciplina orçamental estrita. A integração na U.E.M. terá significado tanto uma perda de competitividade destes países, como o acelerar da necessidade de financiamento das diferentes economias. LAPAVITSAS, C., in entrevista ao Jornal SOL, 13 de Junho de 2011.

⁶⁶ Dados do FMI e OCDE, 2009-2010. Cfr BELKE, A. & DREGER, C. (2011), op. cit. p. 13 a 16

⁶⁷ Sobre este assunto, ver também Departamento de Estudos Economicos (2009), *A Economia no Contexto de Integração Económica, Financeira e Monetária*, Banco de Portugal; BELKE, A. & DREGER, C. (2011), op. cit. p. 07 e 10

aumentar a pobreza, o desemprego e não irá trazer futuro para os jovens. Segundo este autor, a economia dos países periféricos irá estagnar durante anos. Será uma morte lenta e estes países tornar-se-ão pobres, desiguais e envelhecidos⁶⁸. Contudo, o autor considera ainda que a ZE pode mudar. Não seria uma mudança fácil ou rápida, tendo, por isso, de comportar mudanças estruturais profundas e dramáticas. Para este autor, o perdão da dívida será essencial pois sendo a dívida — tanto pública como privada — enorme, nunca poderá ser paga e constitui um fardo sobre a economia.

Na opinião de vários autores e comentadores, a principal razão para sairmos da ZE o seria poder-se novamente desvalorizar a moeda nacional para aumentar a competitividade das exportações.⁶⁹

Na opinião de Amaral (2006), em situação de moeda única, não existe o instrumento de equilíbrio que é a desvalorização cambial e uma economia desequilibrada terá apenas condições de crescimento enquanto houver capacidade de endividamento. Para este autor, as perspectivas de crescimento e de inserção portuguesa na economia global são “sombrias” uma vez que não é sustentável um modelo assento no endividamento sucessivo.⁷⁰

Na eventualidade de Portugal abandonar o Euro, podendo assim desvalorizar a sua moeda nacional e, consequentemente aumentar a competitividade das suas exportações, não quer dizer forçosamente que se registem ganhos de produtividade. Por outras palavras, a melhoria da competitividade seria nesse caso alcançada de forma “artificial”

⁶⁸ LAPAVITSAS, C. et all. (2012), *Crisis in the Eurozone*, Verso.

⁶⁹ Quando a moeda de um país se desvaloriza, as exportações desse país ficam mais baratas, o que faz aumentar as exportações. Por outro lado, uma desvalorização da moeda torna as importações mais caras. Assim, as exportações tendem a crescer e as importações tendem a descer quando a moeda nacional se desvaloriza, e, consequentemente, a balança comercial e equilíbrio externo melhoram. Por isso, em teoria, se Portugal saísse do Euro, poderia desvalorizar o (novo) Escudo para diminuir o défice externo nacional.

⁷⁰ AMARAL, J. F. (2006), op. cit., p. 128, 2006.

e não baseada na melhoria da produtividade ou do valor acrescentado dos nossos bens e serviços. Concomitantemente, ao fazê-lo, Portugal poderá estar uma vez mais, a adiar a resolução dos nossos problemas estruturais relacionados com a escassa produtividade nacional.⁷¹

De acordo com Santos Pereira (2011), com uma moeda nacional poder-se-ia seguir uma política monetária independente. Isto é, ao regressar ao Escudo, o BP poderia novamente imprimir e gerir o dinheiro do país, e poderia mais uma vez controlar as taxas de juro de acordo com o interesse da economia nacional⁷². Por outras palavras, ter uma política monetária independente poderá ser importante se a economia nacional não estiver em sintonia com a economia europeia.

Contudo, e de acordo com Eichengreen (2007), uma eventual saída do Euro, traria desvantagens. Se Portugal não pertencer à ZE, os mercados financeiros (e as agências de notação) poderão ser ainda menos tolerantes com as suas irresponsabilidades. Por essa razão, na opinião deste autor, um EM que pretenda sair do Euro para poder ser fiscalmente irresponsável ou demasiado despesista pode correr o risco de poder ver seriamente limitada a sua capacidade de financiamento. Saindo do Euro, Portugal sentiria enormes dificuldades para se financiar, pelo menos até que a necessária credibilidade junto dos mercados fosse alcançada.⁷³

Na mesma linha de argumentos, e ainda segundo Eichengreen (2006), apesar dos custos económicos de uma saída do Euro serem substanciais, os custos políticos seriam certamente proibitivos⁷⁴. Se Portugal abandonar o Euro, é provável que venha a ser ostracizado em tudo o que for decisão política e económica na Europa. O autor

⁷¹ Idem

⁷² SANTOS PEREIRA, A. (2011), op. cit., p. 349.

⁷³ EICHENGREEN, B. (2007), *The Breakup of the Euro Area*, University of California, Berkeley.

⁷⁴ Idem.

argumenta que uma saída do Euro seria vista não só como um sintoma de irresponsabilidade fiscal, mas também como uma grave quebra da solidariedade europeia, visto que tal decisão poderia pôr em risco a própria arquitetura da moeda⁷⁵.

Em suma, e depois de analisadas opiniões de diversos autores, concluímos que será difícil prever um cenário concreto. Contudo, não restam dúvidas que desde que o Euro entrou em vigor, certos países, incluindo Portugal, viram as suas economias estagnar e os seus défices a aumentar, devido a políticas pouco esclarecidas, insuficientes ou mal aplicadas.

É certo que num Mundo cada vez mais global, países periféricos perderem o seu lugar no seio de uma Comunidade, como é a ZE, pode não lhes trazer resultados satisfatórios⁷⁶. Por outro lado, e como foi apresentado, voltar a uma moeda nacional permitiria uma autonomia monetária que, enquanto membros da ZE, não existe.

3.3. Poderá a CPLP ser uma boa aposta?

Numa Europa em que todos os países parecem seguir a mesma lógica, numa convivência todavia fundada numa solidão individual insustentável, qual o destino possível para tanta exportação, se todos tendem a reduzir as suas respectivas capacidades de compra?

Segundo Mendonça, faz sentido, neste contexto, discutir qual a melhor forma para que a Europa possa ultrapassar as suas atuais limitações e reencontrar um novo posicionamento face às tendências mais gerais que atravessam a economia mundial e que claramente favorecem o aparecimento de novos espaços e modalidades de

⁷⁵ Para LAPAVITSAS, C., os políticos europeus estão apenas preocupados com os bancos e com o resgate do Euro. Entrevista ao Jornal SOL, 13 de Junho de 2011.

⁷⁶ BELKE, A. & DREGER, C. (2011), op. cit. p. 16

integração, de expressão cada vez mais global. Na opinião deste autor, urge uma reconsideração do projeto de integração europeu numa outra perspetiva, de projeção da Europa no Mundo a partir da valorização e reforço das relações históricas que os europeus criaram no seu processo de expansão pelo Oceano Atlântico⁷⁷.

Portugal, país, como vimos, periférico na Europa, cuja identidade se afirmou na construção de realidades que ultrapassaram os limites geográficos da Europa e a posição mais marginal que hoje ocupa no contexto de integração europeu, sobretudo em consequência do alargamento ao Leste da Europa, poderia ganhar centralidade num contexto de abertura atlântica que configuraria uma “Europa Global”, por oposição a uma “Europa Continental”⁷⁸.

A primeira característica que importa valorizar na CPLP é precisamente a sua vocação para disputar o jogo da economia global. Com efeito, trata-se de um conjunto de países que se espalham pelos cinco continentes, dispõem em conjunto de uma população que ultrapassa os 220 milhões, têm uma língua comum e culturas que, embora com as suas especificidades, apresentam uma idiossincrasia comum de abertura e de diversidade de influências. Todos os países membros da CPLP são, sem exceção, produto do processo de globalização⁷⁹. Um fator fundamental de aquisição de identidade global e de valorização da dimensão de grupo é a defesa e promoção da língua comum: o português.

⁷⁷ MENDONÇA, A União Europeia face ao Processo de Globalização: alargamento continental versus abertura atlântica, in <http://www.europa.parlamento.pt/docs/Audicao02052006/Contributo-AntMendoncaISEG.pdf>

⁷⁸ Sobre estas terminologias em relação à Europa, ver MENDONÇA, A., A União Europeia face ao Processo de Globalização: alargamento continental versus abertura atlântica, in <http://www.europa.parlamento.pt/docs/Audicao02052006/Contributo-AntMendoncaISEG.pdf>

⁷⁹ MENDONÇA, A., Globalização Económica, Economia Global e o papel da CPLP: uma perspetiva de Cabo Verde, in <http://www.iseg.utl.pt/aula/cad319/6%20-%20Textos%20de%20apoio/Texto%20de%20apoio%20ao%20ponto%201%20do%20programa/Globalizacao%20economica.pdf>

Segundo Santos Pereira (2011), não temos de temer os investimentos dos nossos congéneres em Portugal pois, dada a nossa História e língua comuns, as empresas portuguesas também poderão vir a investir ou a ter um acesso mais facilitado a alguns destes mercados com maior potencial e mais rápido crescimento na economia mundial. Para este autor, é cada vez mais evidente que o grande dinamismo económico dos próximos anos estará mais em países como Angola, Brasil e Moçambique⁸⁰ do que no Velho Continente⁸¹.

Defende o mesmo autor que a lusofonia deveria ser uma das principais apostas nos próximos anos. Ao nível económico, o autor sugere que a política da CPLP se concentre na celebração e no aprofundamento de mais acordos comerciais, bem como na promoção ativa da fusão e concentração das empresas entre os diversos países da lusofonia.

Segundo dados do INE, analisando os dez maiores parceiros de Portugal, apenas Angola e Brasil constam no *ranking* — contrariamente ao que aqui se propõe, observa-se uma baixa relação em termos de parcerias estratégicas com os países da CPLP. No que se refere às exportações portuguesas, verifica-se para Angola e Brasil, respetivamente, 5,5% e 4,5%. Em termos de importações, de Angola observa-se 4,1% e do Brasil 3,0%⁸².

Em suma, abrir as portas à lusofonia deveria ser um dos pilares de uma nova política económica. A lusofonia oferece a Portugal oportunidades ímpares nos cinco Continentes, que deverão ser aproveitadas o mais possível. A Europa, por seu turno,

⁸⁰ Moçambique tem crescido a taxas médias de 7% ao ano desde 1992, o Brasil tem sido um dos verdadeiros milagres da última década e Angola, desde 2003, que regista das taxas de crescimento económico mais altas do Mundo.

⁸¹ SANTOS PEREIRA, A. (2011), op. cit., p. 515-518.

⁸² Dados do INE de Jan/Mar 2012, in *Portugal – Ficha País 2012*, Aicep Portugal Global, 2012. Ver Anexo 9

continuará a ser o principal parceiro económico. Contudo, estando Portugal a viver uma conjuntura económica difícil, como aliás toda a Europa, diversificar o seu portefólio de parceiros económicos torna-se extremamente importante.

Conclusão

Após a realização deste trabalho, parece-nos que no futuro continuaremos com baixos níveis de crescimento nos países da ZE (principalmente nos periféricos), com elevadas taxas de desemprego e com um contínuo aumento de sucessivas dívidas.

Na União Europeia, e mais precisamente na ZE, esperou-se que o Euro se tornasse uma moeda suficientemente capaz de competir com o dólar. O problema resulta de que o Euro não tem a suportá-lo um Estado tão forte como o dos E.U.A., a sua fragilidade estando intimamente ligada com os díspares Estados que a formam, os quais representam diferentes economias com diferentes ritmos e níveis de competitividade. Mais: o euro acentuou o fosso existente nessas economias, criando-se um Centro e uma Periferia, sendo a respetiva relação, em certa medida, hierárquica e discriminatória. Desde 2000 que a chamada periferia perdeu a sua competitividade, aumentando dessa forma o seu défice externo em relação ao centro europeu. O resultado é uma Alemanha que emerge como sendo a economia “master” da ZE.

A maneira encontrada para controlar o problema foi profundamente neoliberal: cortes na despesa pública; redução dos salários; liberalização; privatização de algumas empresas públicas ou com participação pública. *Austeridade* tem sido a palavra de ordem. Contudo, austeridade por si só acaba por ser contraditório porque, em demasia, e sem outras políticas de crescimento em paralelo, pode levar à recessão e ao não crescimento.

No caso aqui abordado, o português, vimos que a adesão à moeda não elevou Portugal aos patamares pretendidos tendo, pelo contrário, feito estagnar a economia, expondo o país a inúmeros problemas sociais. Com a entrada na moeda única, a população

portuguesa entendeu o Euro, numa primeira fase, de uma forma ilusória, sobrevalorizada; e, numa segunda fase, enquanto acesso irrestrito aos créditos bancários. Os consumidores agiram de forma aparentemente racional, dadas as circunstâncias institucionais: contraíram esses mesmos créditos, com taxas de juro baixas, sobretudo com o objetivo de adquirirem habitação própria. Ora, os sucessivos créditos das famílias geraram a elevada dívida privada verificada.

Quando ficou acordado com a *Troika* que algumas das soluções para o nosso problema passaria pelos cortes dos salários, pelo aumento dos impostos ou pelos despedimentos, os portugueses, que outrora contraíam créditos, agora não têm forma de os pagar. Mais, podemos estar, infelizmente, a aumentar o fosso social, potenciando casos de extrema pobreza num país considerado desenvolvido.

Para evitar o declínio anunciado das periferias europeias, novas políticas terão de emergir. Políticas de que visem a promoção do crescimento, da economia, e que possibilitem a capacidade de reação e produção.

Uma saída do Euro, apoiada por uns e desmistificada por outros, conforme analisámos, não é algo que se consiga, neste momento, prever. Contudo, é certo que o que antigamente era tabu e inquestionável, atualmente já não o é. Uma saída do Euro terá os seus prós e contras, conforme foi analisado.

É nossa opinião que, caso se mantenha a moeda única, radicais mudanças de estrutura deverão ser implementadas. A política económica deve alterar-se radicalmente, se Portugal desejar permanecer na “elite” europeia. Terá de apostar em sectores cujos bens sejam transacionáveis, para que seja possível combater um dos seus grandes problemas: o desequilíbrio externo tão acentuado.

Ainda, têm de ser criados empregos, apoiando as empresas, e incentivando a poupança, mas contraditória e complementarmente também o consumo. Sem consumo a produção estagna e a economia não cresce. É por este motivo que a austeridade, sem capacitação produtiva, não leva ao crescimento económico, mas sim a uma recessão.

Portugal deverá compreender quais os *clusters* em que apostar, percebendo igualmente a sua importância atlântica e a sua relação com o Mundo, mais precisamente, com os países da CPLP. A lusofonia deverá, na nossa opinião, ser encarada como uma aposta para a qual Portugal poderá e deverá direccionar-se.

Na Zona Euro, a contínua preocupação, as discrepâncias cada vez mais acentuadas entre os países periféricos e o centro, a interligação e dependência do sistema bancário, bem como os sucessivos descontentamentos sociais, demonstram que a mesma Zona, caso não sejam operadas mudanças profundas, se encontra num cenário de possível risco de contágio, em que a assunção de eventuais saídas e/ou incumprimentos de algum (ou alguns) dos países podem ter tremendos “efeitos de dominó” sobre a situação de todos os demais.

É por isso que o futuro da ZE é tão incerto e inconclusivo como era há dez anos atrás quando a moeda única foi criada; e muito mais incerto ainda é, pelas mesmas razões, o futuro da economia portuguesa.

Bibliografia

AICEP (2012), *Portugal – Ficha País 2011*, Aicep Portugal Global.

AMADOR, J. & CABRAL, S. (2008) *The Portuguese Export Performance in Perspective: A Constant Marker Share Analysis*, Boletim Económico, Banco de Portugal.

AMARAL, J. F. (2006) O impacto económico da integração de Portugal na Europa, in *Nação & Defesa*, nº115 – 3ª série.

BALASSA, B. (1961) Towards a Theory of Economic Integration, in *Kykos*, Vol. 14.

BELKE, A. & DREGER, C. (2011), Current Account Imbalances in the Euro Area: Catching Up or Competitiveness? in *Ruhr Economic Paper* nº241, Germany.

BORTS, G. H. (1960), The Equalization of Returns and Regional Economic Growth, in *American Economic Review*, Vol. 50.

BORTS, G.H. & STEIN, J. L. (1964) , *Economic Growth in a Free Market*, University Press, Columbia.

BRAILLARD, P. (1977), *Théories des Relations Internationales*, Paris.

CARVALHAS, C. (2001) Perspetivas para a Economia Portuguesa, in *Portugal e a Europa em Crise*, Le Monde Diplomatique, Actual Editora.

CHANG, H-J. (2002), *Kicking away the Ladder – Development Strategy in the Historical Perspective*, Anthem Press, London.

COMISSÃO EUROPEIA, (2010) *The Social Situation in the European Union 2009*, Comissão Europeia.

COSTA, L. F., LAINS, P., MIRANDA, S. M, (2011), *História Económica de Portugal: 1143-2010*, A Esfera dos Livros.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÓMICOS (2009), *A Economia Portuguesa no Contexto de Integração Económica, Financeira e Monetária*, Banco de Portugal.

EICHENGREEN, B. (2007) *The Breakup of the Euro Area*, University of California, Berkeley.

FERREIRA ALVES, J. J. (1992), *Direito da Concorrência das Comunidades Europeias*, 2ª Edição, Coimbra Editora.

GRAÇA, J. C., LOPES, J. C. & MARQUES, R. (2011), The European Sovereign Debt Crisis: The Portuguese Case, in *The Economic Sociology_The European Electronic Newsletter*, Vol. 12.

HABERLER, G. (1964), Integration and Growth of the World Economy in Historical Perspectives, in the *American Economy Review*, Vol. 14.

HEALY, N. M. (1995) Teoria e Prática da Integração Europeia in HEALY, H. M. (1995) *A Nova Doutrina Económica da Europa*, Instituto Piaget.

LAPAVITSAS, C. (2011), entrevista ao Jornal SOL, disponível em http://sol.sapo.pt/inicio/Economia/Interior.aspx?content_id=21607

LAPAVITSAS, C., KALTENBRUNNER, A., LINDO, D., MICHELL, J., PAINCEIRA, J. P., PIRES, E., POWELL, J., STENFORS, A., TELES, N. (2010) Eurozone Crisis: Beggar Thyself and Thy Neighbour, *Research on Money and Finance*.

LAPAVITSAS, C. et all. (2012), *Crisis in the Eurozone*, Verso.

MENDONÇA, A., A União Europeia face ao Processo de Globalização: alargamento continental versus abertura atlântica”, disponível em

<http://www.europa.parlamento.pt/docs/Audicao02052006/Contributo-AntMendoncaISEG.pdf>

MENDONÇA, A., Globalização Económica, Economia Global e o papel da CPLP: uma perspetiva de Cabo Verde, disponível em <http://www.iseg.utl.pt/aula/cad319/6%20-%20Textos%20de%20apoio/Texto%20de%20apoio%20ao%20ponto%201%20do%20programa/Globalizacao%20economica.pdf>

MENDONÇA, A., FAUSTINO, H. C., BRANCO, M., FILIPE, J. P., (1998) *Economia Financeira Internacional*, Editora McGraw-Hill.

OCDE (2005), *Ageing and Employment*, Paris.

PEREIRA, P. T (2008), *O Prisioneiro, O Amante e As Sereias. Instituições Económicas, Políticas e Democracia*, Almedina.

PIRES, E., RODRIGUES, J. & TELES, N. (2011) Depois do Fim do Romance Europeu, in *Portugal e a Europa em Crise*, Le Monde Diplomatique, Actual Edição.

REIS, J. (2011), Economia e Sustentabilidade, in *Portugal e a Europa em Crise*, Le Monde Diplomatique, Actual Editora.

RODRIGUES, J. & TELES, N. (2011), Para lá da Economia, in *Portugal e a Europa em Crise*, Le Monde Diplomatique, Actual Editora.

SANTOS PERREIRA, A. (2011), *Portugal na hora da verdade*, Gradiva Publicações.

TEIXEIRA, O. (2011), Para uma resposta à Crise, in *Portugal e a Europa em Crise*, Le Monde Diplomatique, Actual Editora.

VILA MAIOR, P. (2003) O Pacto de Estabilidade e Crescimento: Morto ou no Congelador?, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

VINER, J. (1950) *The Customs Union Issue — Carnegie Endowment for International Peace*, New York.

Patamares de integração económica

- 1) Preferências Aduaneiras, baseadas no sistema em que um conjunto de territórios aduaneiros acordam em conceder entre si uma série de vantagens aduaneiras, não extensíveis a terceiros (exemplo: as preferências “imperiais” britânicas). Constata-se, porém, que estas áreas preferenciais históricas têm vindo a perder importância ou a evoluir para níveis de integração com maior consistência.
- 2) Sistema de Preferências Generalizadas (SGP), o qual foi a pedra angular do GATT, instituído na segunda UNCTAD e que veio retirar alguma importância ao anterior sistema, pois com o SGP, os Países Desenvolvidos (PD) concedem aos Países em Desenvolvimento (PVD) o acesso, com isenção de direitos ou com direitos pautais reduzidos, aos seus mercados de manufaturas⁸³.
- 3) Integração de apenas um ou outro sector, como é o caso da CECA.
- 4) Acordos Preferenciais, em princípio celebrados por um período transitório, antecedentes de uma futura integração⁸⁴.
- 5) Outros tipos de Acordos sectoriais, de cooperação comercial, de associação, etc.
- 6) Zonas de Comércio Livre⁸⁵, nas quais os países membros podem usufruir da liberdade de movimentos da generalidade dos produtos (por vezes apenas industriais), mantendo cada um deles a sua pauta externa comum⁸⁶.
- 7) União Aduaneira, sendo uma integração que visa os pressupostos do nível antecedente ao que acresce a adoção de uma política comercial comum em relação a países terceiros traduzida na elaboração e aplicação de uma pauta aduaneira externa comum, onde as mercadorias importadas são taxadas da mesma forma qualquer que seja o país membro que as importe. Como exemplo de uniões aduaneiras, pense-se no MERCOSUL ou a CEE.
- 8) Mercado Único ou Interno, onde o elemento essencial que é acrescentado aos anteriores estádios de integração económica é o afastamento das “barreiras não visíveis” que impedem a concorrência plena entre as economias. Como exemplo

⁸³Tais preferências seriam outorgadas “gratuitamente”, ou seja, num único sentido ou sem reciprocidade.

⁸⁴ Por exemplo, o caso de Espanha com a CEE na década de 1970.

⁸⁵ A constituição de Zonas de Comércio Livre está regulamentada no artigo XXIV do GATT.

⁸⁶ São exemplos a NAFTA, a EFTA e a zona Austrália/Nova Zelândia.

deste tipo de integração cite-se o mercado interno (MI) ou o mercado único europeu (MUE) de 1993.

- 9) Mercado Comum, que consiste numa união aduaneira em que os países membros decidem assegurar a livre circulação de mercadorias e o livre estabelecimento de pessoas e capitais, em suma, a liberdade de circulação dos fatores de produção. A Comunidade Europeia (UE 1992/93) procurou ser não apenas uma União Aduaneira ou um Mercado Único, mas ainda um Mercado Comum.
- 10) União Económica, que se distingue do Mercado Comum por associar os pressupostos do Mercado Comum com uma certa harmonização das políticas económicas com o objetivo da construção de um espaço de maior coesão. Neste patamar, podemos já falar nalguma transferência de poderes para o âmbito supranacional, numa linha do que foi seguido pela UE em grande parte da década de 90 até à entrada em vigor do Euro, em 2002.
- 11) União Económica e Monetária ou Integração Económica total, que constitui a forma mais poderosa de integração económica, a qual implica uma harmonização global das políticas monetárias (moeda única e Banco Central), fiscais, sociais e anti cíclicas, correspondendo à transferência de uma parcela substancial de poderes por parte dos Estados Membros (EM) para um órgão central, supranacional, com competências para aplicar as políticas ao espaço integrado e cujas decisões devem ser respeitadas e acatadas pelos EM⁸⁷. Esta fase corresponde à UEM que entrou em vigor com 11 países, em 2002, e da qual fazem parte, atualmente, 17 dos 27 EM da UE.
- 12) Integração Política, que ultrapassa o domínio do económico e que corresponde, por exemplo, a um Estado Federal.

⁸⁷ Ver HEALY, N.M. Teoria e Prática da Integração Europeia in Nigel M. HEALY, *A Nova Doutrina Económica da Europa*, Instituto Piaget, 1995, p.51-52.

Anexo 2 – Fonte: AMECO
in The Economic Sociology_The European Electronic Newsletter, Vol. 12

Saldo Orçamental (% PIB)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Zona Euro	-1,9	-2,6	-3,1	-2,9	-2,5	-1,4	-0,7	-2	-6,3	-6
Portugal	-4,3	-2,9	-3	-3,4	-5,9	-4,1	-3,1	-3,5	-10,1	-9,1
Grécia	-4,5	-4,8	-5,6	-7,5	-5,2	-5,7	-6,4	-9,8	-15,4	-10,5
Irlanda	0,9	-0,3	0,4	1,4	1,6	2,9	0,1	-7,3	-14,3	-32,4
Espanha	-3,1	-2,9	-3,5	-3,5	-4,3	-3,4	-1,5	-2,7	-5,4	-4,6
Itália	-3,1	-2,9	-3,5	-3,5	-4,3	-3,4	-1,5	-2,7	-5,4	-4,6
Alemanha	-2,8	-3,7	-4	-3,8	-3,3	-1,6	0,3	0,1	-3	-3,3

De notar que Portugal esteve sempre em incumprimento, excepto no ano 2003 tendo ficado no limite (3% do PIB).

Anexo 3 – Fonte: AMECO *in The Economic Sociology_The European Electronic Newsletter*, Vol. 12

Dívida Pública (% PIB)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Zona Euro	68,2	68	69,1	69,5	70,1	68,5	66,3	70	79,4	85,3
Portugal	51,2	53,8	55,9	57,6	62,8	63,9	68,3	71,6	83	93
Grécia	103,7	101,7	97,4	98,6	100	106,1	105,4	110,7	127,1	142,8
Irlanda	35,6	32,2	31	29,7	27,4	24,8	25	44,4	65,6	96,2
Espanha	55,5	52,5	48,7	46,2	43	39,6	36,1	39,8	53,3	60,1
Itália	108,8	105,7	104,4	103,9	105,9	106,6	103,6	106,3	116,1	119
Alemanha	58,8	60,4	63,9	65,8	68	67,6	64,9	66,3	73,5	83,2

De notar que Portugal, a partir de 2005, esteve sempre em incumprimento.

Anexo 4 – Fonte:
Eurostat 2012

Balança de transações correntes (% do PIB)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Zona Euro	-0,4	0,6	0,3	0,8	0,1	-0,1	0,1	-1,5	-0,3	-0,4
Portugal	-10,3	-8,2	-6,4	-8,3	-10,3	-10,7	-10,1	-12,6	-10,9	-10
Grécia	-7,2	-6,5	-6,6	-5,9	-7,6	-11,4	-14,6	-14,7	-11,1	-10,1
Irlanda	-0,6	-1	0	-0,6	-3,5	-3,5	-5,3	-5,6	-2,9	-0,5
Espanha	-3,9	-3,3	-3,5	-5,2	-7,4	-9	-10	-9,6	-4,8	-4,5
Itália	-0,1	-0,8	-1,3	-0,9	-1,6	-2,6	-2,4	-2,9	-2	-3,5
Alemanha	0	2	1,9	4,7	5,1	6,3	7,4	6,2	5,9	6,1

Anexo 5 – Fonte: INE 2009

Dados Sociais

População	1986	2004
Saldo Natural (diferença entre nados vivos e óbitos)	31174	7330
Saldo Migratório (diferença entre entradas e saídas dos movimentos migratórios)	-26949	47240
Índice sintético de fecundidade (nº crianças por mulheres)	1,7	1,4
Relação de masculinidade (nº de homens por cada 100 mulheres)	93,2	93,7

Condições de vida	1986	2004
Produto Interno Bruto a preços de mercado <i>per capita</i> euros	2203	13602
Taxa de inflação %	11,7	2,2
Remuneração média mensal de base euros	179	813
População empregada por conta de outrém milhares	2993	3814

Saúde e Proteção Social	1986	2004
Taxa de Mortalidade Infantil permilagem	15,8	3,8
Médicos por 1000 habitantes nº	2,3	3,3

Beneficiários activos (Segurança Social)	milhares	3699	3582
Esperança média de vida à nascença			
Homens	anos	70,3	74,5
Mulheres	anos	71,1	81

Comércio Internacional		1986	2004
Exportações para países da União Europeia	%	57	80
Importações de países da União Europeia	%	44,9	77

Cultura e Turismo		1986	2004
Hóspedes na hotelaria	milhares	5624	11460
Número de museus	nº	148	258

Comunicação e Transportes		1986	2004
Taxa de penetração de mercado das telecomunicações			
Assinantes do serviço fixo por 100 habitantes	nº	15	42
Assinantes do serviço móvel por 100 habitantes	nº	0,4	92,8
Extensão de autoestradas	km	196	2091
Proporção de autoestradas no total das estradas	%	1	16,5

Anexo 6 – Fonte FMI – Country Report 2011

PIB (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Aver.
Zona Euro	1,9	1	0,8	1,9	1,8	3,2	2,8	0,3	-4,1	1,7	1,1
Portugal	2	0,7	-0,9	1,6	0,8	1,4	2,4	0	-2,5	1,3	0,7
Grécia	4,2	3,4	5,9	4,4	2,3	4,5	4,3	1,3	-2,3	-3,4	2,4
Irlanda	5,7	6,6	4,4	4,6	6	5,3	5,6	-3,6	-7,6	-1	2,5
Espanha	3,6	2,7	3,1	3,3	3,6	4	3,6	0,9	-3,7	-0,1	2,1
Itália	1,7	0,5	0,1	1,4	0,8	2,1	1,4	-1,3	-5,2	1,2	0,2
Alemanha	1,4	0	-0,2	0,7	0,9	3,6	2,8	0,7	-4,7	3,5	0,8

Comércio Internacional Português

Comércio de Bens e Serviços			2007	2008	2009	2010	2011	2012 (Jan/Mar)
	Exportações (fob)	milhões de Euros	55486	57066	48339	54467	61727	15302
	Importações (fob)	milhões de Euros	68159	73449	60148	65950	67173	16031
	Saldos (fob)	milhões de Euros	-12673	-16383	-11809	-11483	-5446	-729
		% do PIB	-7,5	-9,5	-7	-6,7	-3,2	-1,7

Comércio de Bens			2007	2008	2009	2010	2011	2012 (Jan/Mar)
	Exportações (fob)	milhões de Euros	38525	39201	32021	36889	42570	11403
	Importações (fob)	milhões de Euros	57731	62186	49815	55084	55760	13521
	Saldos (fob)	milhões de Euros	-19206	-22985	-17794	-18195	-13190	-2118
		% do PIB	-11,3	-13,4	-10,6	-10,5	-6,3	-5

Dados sobre o Desemprego

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística e do Eurostat, o desemprego dos trabalhadores que possuem apenas o ensino básico tem vindo a crescer, acompanhando de perto a evolução do desemprego total. No final de 2010, havia quase 397 mil desempregados com o ensino básico, 125 mil com o ensino secundário, 75,6 mil com formação universitária e ainda 21,7 mil sem grau de ensino. Se compararmos no âmbito da última década, verificamos que, em 2010, existiam mais 424 mil desempregados do que no ano 2000, dos quais se contavam mais de 283 mil desempregados com o ensino básico, 95,5 mil com o ensino secundário e 60,1 mil com o ensino universitário⁸⁸.

Em Abril de 2012, o Eurostat estimou que cerca de 24 667 milhões de homens e mulheres, da Europa dos 27, dos quais 17 404 milhões seriam dos países da Zona Euro, estavam

⁸⁸ Dados do INE de Janeiro de 2011 e Eurostat de Julho de 2009.

desempregados. Em comparação com o ano anterior, o desemprego terá aumentado 1 932 000 na Europa dos 27 e 1 797 000 dentro da Zona Euro. Entre Abril de 2011 e Abril de 2012 a taxa oficial de desemprego relativamente aos homens terá aumentado de 9.7% para 10.9% na Zona Euro e, em relação às mulheres, a taxa de desemprego aumentou de 10.2% para 11.2%. A taxa de desemprego em jovens tende a ser a mais elevada. Porém, o desemprego entre os mais velhos e os mais qualificados também tem registado um crescimento muito assinalável⁸⁹.

Anexo 9 - AICEP (2012), *Portugal – Ficha País 2011*, Aicep Portugal Global.

10 Principais países nas exportações portuguesas

	Jan/Mar 2011	Jan/Mar 2012
Espanha	26.2%	22.5%
Alemanha	14.1%	14.0%
França	12.9%	12.5%
Angola	4.7%	5.5%
Reino Unido	5.1%	5.1%
EUA	3.3%	4.5%
Países Baixos	4.1%	3.7%
Itália	3.9%	3.5%
Bélgica	3.0%	3.2%
China	0%	1.9%
Brasil	1.3%	0%
Outro	21.4%	23.6%

⁸⁹ Dados do Eurostat de Abril de 2012.

10 Principais países nas importações portuguesas

	Jan/Mar 2011	Jan/Mar 2012
Espanha	32.2%	31.8%
Alemanha	13.1%	12%
França	7.3%	6.5%
Itália	5.4%	4.9%
Países Baixos	5.2%	4.6%
Angola	0%	4.1%
Reino Unido	3.4%	3.1%
Brasil	0%	3.0%
Bélgica	2.9%	2.5%
China	2.5%	2.4%
Nigéria	3.0%	0%
EUA	2.1%	0%
Outro	22.9%	25.1%